

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ALEN BATISTA HENRIQUES

TÍTULO: PERCEPÇÕES DA SAÚDE AMBIENTAL ENTRE OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DAS SÉRIES INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

AUTORES: ALEN BATISTA HENRIQUES, ALEN BATISTA HENRIQUES, JORDANA BENK FRANÇA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SAÚDE AMBIENTAL, LEOPOLDINA/MG.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa propõe a realização de um estudo relacionado à educação em saúde ambiental, junto aos professores das séries iniciais da educação fundamental das escolas municipais de Leopoldina/MG. A proposta de trabalho é a de analisar, com vistas a conhecer junto aos docentes, a representação da Saúde Ambiental (SA), trabalhada nas salas de aula do município.

A intensificação dos problemas ambientais nos últimos anos tem contribuído para intensificar as discussões e os debates sobre suas consequências, sobretudo para a saúde humana e dos ecossistemas. Doenças relacionadas à poluição por gases tóxicos, nas grandes cidades, convivem hoje com o recrudescimento de outros, como a dengue e a contaminação das águas e dos alimentos. Dessa forma, perceber a forma como os professores compreendem tais questões, se torna relevante no sentido de promover uma aproximação entre a realidade, trabalhada em sala de aula pelos professores, com aquela discutida e produzida nos bancos acadêmicos.

A relação entre saúde e ambiente é antiga e remonta aos textos hipocráticos da antiguidade clássica (TAMBELLINI e CÂMARA, 1998). Esta relação vem, ao longo do tempo, sendo redesenhada de acordo com novas perspectivas conceituais sobre saúde e ambiente e de contextos sócio-históricos.

Conforme Porto e Martinez-Alier (2007), no século XX a aproximação entre saúde e ambiente passaram por duas distintas fases, estando ainda caminhado para a construção de uma terceira. A primeira fase ou modelo advém da evolução da parasitologia inaugurada com as descobertas pasteurianas. Nesse modelo, as ações de saúde e ambiente privilegiava a ecologia das doenças, dando realce à relação agente hospedeiro; mais tarde, com a incorporação de doenças como as neoplasias e as degenerativas, esse modelo caminhou na direção a uma epidemiologia e toxicologia ambiental caracterizada, ainda hoje, por uma visão mais técnica da saúde (FREITAS, 2003; PORTO, 2005). Enquanto o primeiro modelo se preocupa com a solução dos riscos ambientais, sem uma pretensão explícita de intervenção em seus aspectos causais, o segundo apresenta uma visão técnica de ingerência no ambiente, típica da engenharia, onde o foco de atuação está no controle de resíduos, esgotos e nos fluxos de água.

Todavia, um terceiro modelo tem evoluído nos últimos anos marcado pela valorização de questões então negligenciadas pelos modelos anteriores. Nesse paradigma temas associadas aos modelos de desenvolvimento são incorporadas nas situações de análise da Saúde Coletiva. Do mesmo modo, são incorporadas outras dimensões como as políticas, culturais e ecológicas que auxiliam na compreensão dos processos de saúde e de adoecimento das populações que, por sua vez, são encarados sob uma ótica multidimensional e complexa. Essa proposta, em construção, revela e tenta responder às lacunas dos modelos anteriores de intervenção, valorizando e dialogando com outros campos de conhecimento e andando de par com propostas contemporâneas como a da promoção da saúde (CZERESNIA e FREITAS, 2003).

Até a década de 1970, a educação em saúde era limitada a questões de higiene e sanitária, dentro de um modelo autoritário e assistencialista que visava atender aos interesses de uma elite econômica que estabelecia normas e condutas (VASCONCELOS, 2006). A concepção de saúde e de educação em saúde ganhou forma no Brasil a partir das conferências internacionais de Alma-Ata (1978) de Ottawa (1986). Essas Conferências davam ênfase à assistência primária e à promoção da Saúde (OLIVEIRA e WENDHALSEN, 2014). De acordo com Oliveira e Wendhalsen (2014, p. 130), a partir de então, a educação em saúde adquiriu novas feições passando a ser um instrumento de promoção da saúde sob um modelo "participativo, dialógico e emancipatório, valorizando-se a autonomia da população e sua corresponsabilidade no processo saúde-doença" (p. 130).

Nesse caminho a pedagogia da autonomia freiriana, de emancipação social, participa como importante contributo para produção do protagonismo dos indivíduos, um dos princípios da PS. A pedagogia da autonomia é uma importante ferramenta conceitual para o alcance do empoderamento e da governance, ou seja, de uma ampla participação da comunidade na definição de questões da vida coletiva.

A temática Ambiente e Saúde estão contempladas junto aos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto o Ministério da Saúde (MS) que julga importante a aproximação dos conceitos de Promoção da Saúde juntos ao sistema escolar (BRASIL, 2002). As diretrizes do MS reforçam o papel da escola ao considerá-la como principal vetor de transformação social a partir de práticas e do exercício da cidadania (BRASIL, 2002). Do mesmo modo, o alcance de tais objetivos, no que se refere a PS nas escolas, deve ser concebido tanto pela formação adequada dos professores para a sua prática, quanto pela valorização de estratégias intersectoriais que possa romper as fronteiras de disciplinas como as da Educação, da Saúde e da Ecologia (PINHÃO e MARTINS, 2012).

Já a Educação Ambiental (EA) foi incorporada aos currículos escolares a partir a Constituição de 1988 e, do mesmo modo que a ES, foi contemplada nos PCNs sob a forma de conteúdos transversais. Essa inserção contribuiu para aproximar as questões ambientais dos temas relacionados à saúde e as orientações caminharam para a promoção de uma abordagem integrada de ambos os temas.

Como método para a execução da pesquisa, serão realizadas entrevistas junto aos professores das séries iniciais das escolas municipais de Leopoldina/MG.